

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

010. PROVA OBJETIVA

ENCARREGADO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Fernando Gonsales, Níquel Náusea.
Em: Folha de S.Paulo, 03.01.2019. Adaptado)

01. De acordo com a norma-padrão, a lacuna do segundo quadrinho deve ser preenchida com:

- (A) destroçar-no
- (B) lhe destroçar
- (C) destroçar ele
- (D) destroçá-lo
- (E) destroçar-lhe

02. É correto concluir que as informações verbais e não verbais do último quadrinho

- (A) ratificam o discurso da personagem sobre destroçar o lápis.
- (B) divergem daquilo que a personagem afirmara anteriormente.
- (C) demonstram uma forma de estudo enaltecida pela personagem.
- (D) contradizem a ideia de que a personagem esteja estudando desenho.
- (E) expõem algo que a personagem já anunciara nos primeiros quadrinhos.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 09.

No front da alfabetização, a rede municipal de educação da cidade de São Paulo obteve conquista apreciável: 92% dos alunos sabiam ler e escrever ao término do segundo ano, ante não mais de 77% em 2017. Com isso, a prefeitura estipulou a meta de 85% de alfabetização no primeiro ano, quando as crianças em geral têm seis anos.

Uma ousadia, quando se tem em vista que, até recentemente, a diretriz nacional se limitava a preconizar leitura e escrita até o final do terceiro ano. Só em 2018, com a Base Nacional Comum Curricular, esse objetivo foi antecipado para o segundo ano, algo que a rede paulistana já havia adotado com um ano de antecedência.

Fica assim comprovado, na experiência de São Paulo, que metas ambiciosas nada têm de incompatível com progresso de aprendizado – ao contrário. Em particular no campo da alfabetização, base de tudo que virá a seguir, um nível alto de exigência dará motivação extra para educadores e estudantes se aplicarem mais.

Conforme se avança no ensino fundamental, contudo, os descaminhos e a leniência do passado se fazem manifestar nos poucos resultados obtidos por estudantes em provas padronizadas.

A deficiência manifesta-se em todas as grandes áreas de conhecimento. Quando concluem o quinto ano, final da fase 1 do fundamental, só 39% das meninas e dos meninos alcançam desempenho satisfatório em língua portuguesa. Pior, são apenas 27% em matemática e 20% em ciências.

A perda agrava-se na fase seguinte. Quando saem do fundamental 2, no nono ano, apenas 25% dos estudantes estão no nível adequado de língua. E há inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho, respectivamente, nas áreas de matemática e ciências naturais, o que torna fácil de entender o desastre que hoje se observa no ensino médio.

Não deixa de ser animador constatar que ao menos nos fundamentos do aprendizado – a alfabetização – houve avanço em São Paulo. Mas a cidade mais populosa e rica do país ainda precisa fazer mais e melhor por suas crianças e jovens.

(Editorial. Folha de S.Paulo, 02.01.2019. Adaptado)

03. Ao analisar os resultados e as metas de alfabetização para as crianças paulistanas, o editorial enfatiza que

- (A) estipular metas para o aprendizado pode ser salutar para o progresso dos alunos, ainda que a maioria deles não consiga atingir o mínimo satisfatório.
- (B) exigir dos alunos pode ter um reflexo positivo em seu aprendizado, uma vez que se cria motivação para todos os envolvidos no processo educacional.
- (C) trabalhar com metas ambiciosas na educação pode trazer problemas irreversíveis para o aprendizado da maioria dos alunos, que ficam desmotivados.
- (D) desafiar os alunos constantemente no início de sua escolarização tem criado condições para que estudantes motivados por todo o ensino fundamental.
- (E) estabelecer metas incompatíveis com o progresso de aprendizado dos alunos é uma estratégia de estatística que não representa a realidade da escola.

04. A expressão “Uma ousadia”, que inicia o segundo parágrafo do texto, refere-se

- (A) à meta de alfabetização da Base Nacional ser atingida por São Paulo já em 2018.
- (B) ao fato de 92% dos alunos paulistanos saberem ler e escrever ao final do segundo ano.
- (C) à meta de alfabetizar as crianças até o segundo ano, estipulada pela Base Nacional.
- (D) ao fato de o governo paulistano conseguir alfabetizar seus alunos até o terceiro ano.
- (E) à meta de 85% de alfabetização no primeiro ano, estipulada pela prefeitura paulistana.

05. Os dados estatísticos apresentados no editorial revelam que há

- (A) um mesmo padrão de aprendizado nas duas etapas do ensino fundamental.
- (B) correção, na fase 2 do ensino fundamental, de distorções deixadas na primeira fase.
- (C) um declínio no aprendizado, conforme os alunos avançam no ensino fundamental.
- (D) avanço significativo dos alunos, em matemática, ao final do ensino fundamental.
- (E) uma estabilização do aprendizado como um todo, ao final do ensino fundamental.

06. Considere as passagens do texto:

- ... a diretriz nacional se limitava a **preconizar** leitura e escrita até o final do terceiro ano. (2º parágrafo)
- Conforme se avança no ensino fundamental, contudo, os descaminhos e a **leniência** do passado se fazem manifestar nos **parcos** resultados obtidos por estudantes em provas padronizadas. (4º parágrafo)

Os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- (A) recomendar; brandura na cobrança de obrigações; escassos.
- (B) impor; desorganização na cobrança de obrigações; contundentes.
- (C) aconselhar; falta de cobrança de obrigações; abundantes.
- (D) sugerir; severidade na cobrança de obrigações; impactantes.
- (E) prever; receio de cobrança de obrigações; limitados.

07. É correto afirmar que a conclusão do texto

- (A) engrandece a educação paulistana e acredita que, à vista dos resultados por ela obtidos, por enquanto, nada mais precisa ser feito.
- (B) lamenta a condição da educação paulistana, sugerindo que nem o tamanho de sua população nem a sua riqueza podem, de fato, melhorá-la.
- (C) mostra as contradições da maior capital do país, às voltas com uma educação cujos resultados ano a ano mostram-se pífios.
- (D) reconhece a melhoria aferida na educação paulistana, sugerindo, porém, que esta deve avançar, sobretudo pela sua população e pela sua riqueza.
- (E) constata que é desanimadora a situação da educação paulistana, apontando que, por ser a mais populosa e rica capital, esse quadro pode ser revertido.

08. De acordo com a norma-padrão, quanto à concordância verbal, a oração – E há inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho... (6º parágrafo) – está corretamente reescrita em:

- (A) E existe inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (B) E ocorre inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (C) E se trata de inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (D) E se constata inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (E) E surge inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...

09. Assinale a alternativa em que a frase, reescrita a partir das informações textuais, contém termo empregado em sentido figurado.

- (A) As escolas municipais da cidade de São Paulo obtiveram uma conquista de grande vulto na educação.
- (B) Compromisso que as escolas paulistanas já haviam assumido com um ano de antecedência em sua educação.
- (C) Um nível alto de exigência dará motivação suplementar para educadores e estudantes se aplicarem mais.
- (D) O desempenho em matemática e ciências facilita entender o fracasso que se observa no ensino médio.
- (E) São Paulo é uma cidade que precisa repensar suas práticas e cuidar mais e melhor de suas crianças e jovens.

10. Leia a charge.



(Chargista Duke. Em: www.otempo.com.br. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da fala da personagem devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) que ... no ... ao
- (B) que ... ao ... o
- (C) que ... no ... o
- (D) de que ... ao ... ao
- (E) de que ... no ... o

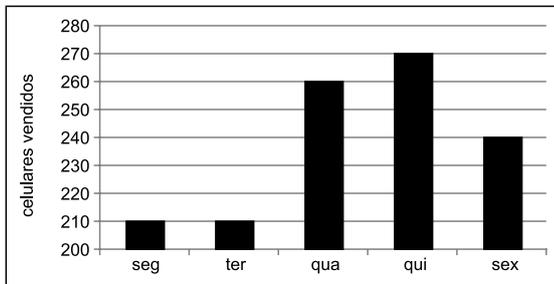
MATEMÁTICA

11. Uma secretária tem 756 fichas de alunos para atualizar. Um quarto dessas fichas são de alunos novos e as demais de alunos veteranos. Se $\frac{3}{7}$ dos alunos veteranos são homens e $\frac{2}{3}$ dos alunos novos são mulheres, o número de fichas de mulheres que serão atualizadas será
- (A) 420.
 - (B) 436.
 - (C) 450.
 - (D) 466.
 - (E) 480.
12. Com todas as revistas contidas em uma caixa é possível formar grupos de 36 revistas ou grupos de 42 revistas. Se o número de revistas dessa caixa é menor que 300, o número de grupos de 6 revistas que podem ser formados é
- (A) 36.
 - (B) 42.
 - (C) 48.
 - (D) 54.
 - (E) 60.

- 13.** Do total recebido por certo trabalho, Antônio ficou com 32%, Fernando com 45% e Julião com o restante. Antônio usou 5% da sua parte para quitar uma dívida que tinha com Fernando no valor de R\$ 80,00. O valor recebido por Julião no trabalho foi
- (A) R\$ 1.150,00.
 - (B) R\$ 1.200,00.
 - (C) R\$ 1.250,00.
 - (D) R\$ 1.300,00.
 - (E) R\$ 1.350,00.
- 14.** Laura pratica corrida e ciclismo e para cada 3 km que corre, ela pedala 16 km. Em determinado período, considerando o total nessas duas modalidades, Laura percorreu 228 km, sendo que a distância total percorrida com bicicleta, em km, foi
- (A) 156.
 - (B) 168.
 - (C) 180.
 - (D) 192.
 - (E) 204.
- 15.** Um grupo de 34 turistas comprou um total de 186 camisas. Se cada mulher desse grupo comprou 5 camisas e cada homem do grupo comprou 6 camisas, a diferença entre o número de mulheres e o número de homens, nesse grupo, é
- (A) 2.
 - (B) 4.
 - (C) 6.
 - (D) 8.
 - (E) 10.

16. A média aritmética das notas de 18 provas aplicadas em uma turma foi igual a 6,7. Após a correção o professor percebeu que havia adotado um critério de correção errado, recorrigiu todas as provas e aumentou em 0,9 ponto a nota de algumas provas, de maneira que a média aritmética das notas foi atualizada para 7,05. O número de provas que tiveram aumento de nota foi
- (A) 3.
(B) 4.
(C) 5.
(D) 6.
(E) 7.

17. Os números de celulares vendidos por uma loja, em 5 dias de determinada semana, estão registrados no gráfico a seguir.



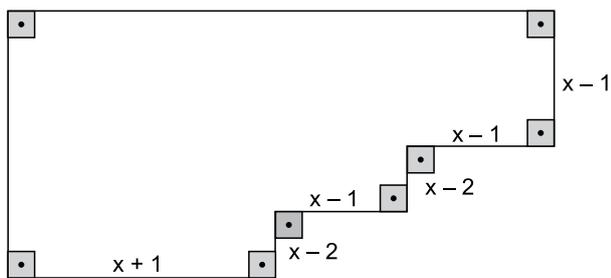
O número de celulares vendidos na sexta-feira corresponde, do número total de celulares vendidos nesses 5 dias a, aproximadamente,

- (A) 15%.
(B) 18%.
(C) 20%.
(D) 22%.
(E) 25%.

18. Uma padaria produz seus doces, diariamente, antes de abrir as portas para o público, e só vende doces produzidos no mesmo dia. Em certo dia, no período da manhã, foram vendidos $\frac{3}{4}$ do total de doces produzidos e no período da tarde foram vendidos $\frac{6}{7}$ dos doces que ainda restavam. Sabendo-se que os funcionários dividiram entre si os 40 doces que sobraram da produção do dia, o total de doces vendidos pela manhã foi

- (A) 420.
- (B) 560.
- (C) 700.
- (D) 840.
- (E) 980.

19. Os ângulos internos de um octógono medem 90° ou 270° , conforme a figura, que também indica a medida de alguns lados em cm.



Sendo o perímetro desse octógono 24 cm, a sua área, em cm^2 , é igual a

- (A) 24.
 - (B) 26.
 - (C) 28.
 - (D) 30.
 - (E) 32.
20. Um prisma reto de base triangular tem uma altura de 8 cm e faces laterais de áreas respectivamente iguais a 120 cm^2 , 120 cm^2 e 144 cm^2 . A área da base desse prisma, em cm^2 , é:

- (A) 124.
- (B) 120.
- (C) 116.
- (D) 112.
- (E) 108.

ATUALIDADES

21. Após dez dias, a greve dos caminhoneiros arrefeceu, os bloqueios nas rodovias foram desfeitos pelas forças de segurança, mas ao final do dia [30.05] ainda havia 267 pontos de aglomeração de caminhões (sem bloquear as vias) em todo o país, segundo balanço da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Aos poucos, o abastecimento de combustível e de outros produtos está sendo normalizado em todos os estados.

(Veja – <https://abr.ai/2F4Q0lj/>. Acesso em 23.12.2018. Adaptado)

A greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, teve como um dos principais motivos o alto preço dos combustíveis, que era justificado pela Petrobras como sendo devido

- (A) ao alto custo da extração de petróleo na plataforma continental da Bacia de Santos em um momento de grande fragilidade econômica da Petrobras.
- (B) à crise econômica instaurada no país, que reduziu drasticamente os recursos disponíveis para importação de equipamentos para a extração do petróleo do pré-sal.
- (C) aos problemas de fronteiras que levaram à crise diplomática estabelecida entre o Brasil e a Venezuela, nosso principal fornecedor de petróleo há várias décadas.
- (D) à política da empresa que praticava reajustes quase diários, levando em consideração o câmbio e a variação dos preços do petróleo no mercado internacional.
- (E) à crise institucional vivida pela empresa, que gerou demissões e reduziu a capacidade de extração e refino de petróleo pelas refinarias brasileiras.

22. As mulheres ainda têm de vestir a longa e negra abaia por cima da roupa. Mas em julho [2018] ganharam, enfim, permissão para tirar carteira de motorista e pegar o volante dos carros. Também ganharam espaço nos estádios de futebol. Podem ir ao cinema – as primeiríssimas salas foram reinauguradas depois de 35 anos.

(Veja, edição 2614 – ano 51 – nº 52, 26.12.2018)

As conquistas femininas ocorreram

- (A) no Irã.
- (B) no Afeganistão.
- (C) na Arábia Saudita.
- (D) na Indonésia.
- (E) no Egito.

23. Os magistrados retomaram, nesta quarta-feira [01.08], um julgamento iniciado em maio e adiado por pedido de vista do Ministro Marco Aurélio. Foram analisadas duas ações em conjunto, que abordavam o mesmo tema referente a uma norma do Ministério da Educação. Por 6 votos a 5, a maioria da corte declarou constitucional a norma vigente do Conselho Nacional de Educação

(Folha S.Paulo – <https://bit.ly/2Mglp58>. Acesso em 23.12.2018. Adaptado)

A decisão tomada afeta estudantes de todo o Brasil e indica que

- (A) o ensino a distância deve ser ministrado por especialistas que comprovem experiência no conteúdo ensinado.
- (B) crianças precisam ter seis anos completos até 31 de março para poderem ingressar no ensino fundamental.
- (C) a partir dos anos finais do ensino fundamental, é possível aos alunos receber conteúdos educacionais via internet.
- (D) o ensino religioso deve ser oferecido aos alunos de ensino fundamental pelo menos duas vezes ao mês.
- (E) a escola é obrigada a oferecer suporte psicopedagógico a todos os alunos matriculados em todo o ensino básico.

24. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira [05.12] pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e têm como base informações da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Segundo o IBGE, os dados reforçam um cenário socioeconômico preocupante ao longo de 2018.

(Uol – <https://bit.ly/2rk2bT0>. Acesso em 20.01.2019. Adaptado)

Os dados do IBGE mostraram

- (A) o crescimento do trabalho informal.
- (B) a instabilidade da inflação.
- (C) a redução das exportações.
- (D) o aumento da dívida externa.
- (E) a desestabilização do PIB (Produto Interno Bruto) entre 2 e 3%.

25. Em dezembro de 2018, o presidente dos Estados Unidos prepara uma retirada completa das tropas do país.

“Trata-se de uma retirada total, que deverá acontecer o mais rápido possível”, informou à agência de notícia uma autoridade americana. Cerca de 2 mil soldados americanos estão no norte da Síria, em sua maioria integrantes das forças especiais. Uma retirada americana precipitada, segundo políticos do próprio partido de Trump, o Republicano, deixaria o caminho livre na Síria aos aliados do presidente sírio Bashar al-Assad.

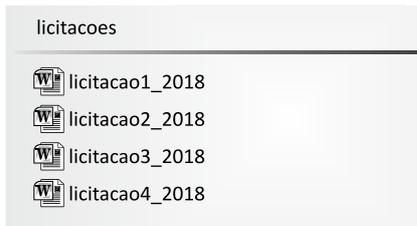
(O Dia – <https://bit.ly/2BUhW84>. Acesso em 23.12.2018. Adaptado)

A retirada das tropas estadunidenses da Síria foi justificada por Trump porque ele

- (A) defende a liberdade política no Oriente Médio.
- (B) respeita a decisão da ONU de retirar as tropas estrangeiras do país.
- (C) força a maior participação das tropas europeias na Síria.
- (D) busca manter boas relações diplomáticas com os países do Oriente Médio.
- (E) acredita ter derrotado o Estado Islâmico (EI) na Síria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Um usuário, que está organizando arquivos de licitações do ano de 2018, por meio do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, deseja mover todos os arquivos de uma pasta chamada “licitacoes”, conforme exibido na imagem, para uma nova pasta inicialmente vazia, de nome “licitacoes2018”.



O usuário, para mover todo o conteúdo, deverá, após selecionar todos os itens, pressionar o atalho _____ e, em seguida, após acessar a pasta “licitacoes2018”, pressionar o atalho _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Ctrl + X ... Ctrl + V
- (B) Ctrl + X ... Ctrl + C
- (C) Ctrl + C ... Ctrl + X
- (D) Ctrl + V ... Ctrl + C
- (E) Ctrl + C ... Ctrl + V

27. Um usuário, que está preparando planos de ensino de professores, deseja atualizar a bibliografia padrão utilizada. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, há um grupo chamado “Citações e Bibliografia”, que possui ícones de recursos para gerenciar as bibliografias que serão adicionadas aos documentos, facilitando a edição do documento.

Assinale a alternativa que apresenta o nome da guia na qual se localiza o grupo mencionado no enunciado.

- (A) Revisão.
- (B) Inserir.
- (C) Correspondências.
- (D) Página Inicial.
- (E) Referências.

28. Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, para gerenciar os prazos de execução de alguns projetos, contendo o nome do projeto (coluna A), o prazo final do projeto (coluna B), o prazo de conclusão efetiva do projeto (coluna C) e o tempo de atraso calculado sobre o prazo final e a data efetiva de conclusão.

| | A | B | C | D |
|---|-----------|-------------|------------|--------|
| 1 | Projeto | Prazo Final | Conclusão | Atraso |
| 2 | Projeto 1 | 12/01/2018 | 20/03/2018 | 67 |
| 3 | Projeto 2 | 15/02/2018 | 18/02/2018 | 3 |
| 4 | Projeto 3 | 20/07/2018 | 25/07/2018 | 5 |
| 5 | Projeto 4 | 10/05/2018 | 10/05/2018 | 0 |
| 6 | Projeto 5 | 20/12/2018 | 15/12/2018 | 0 |
| 7 | | | | |

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula adicionada à célula D2 para calcular o número de dias de atraso, ou exibir o valor 0 caso não haja atraso, conforme exibido na imagem.

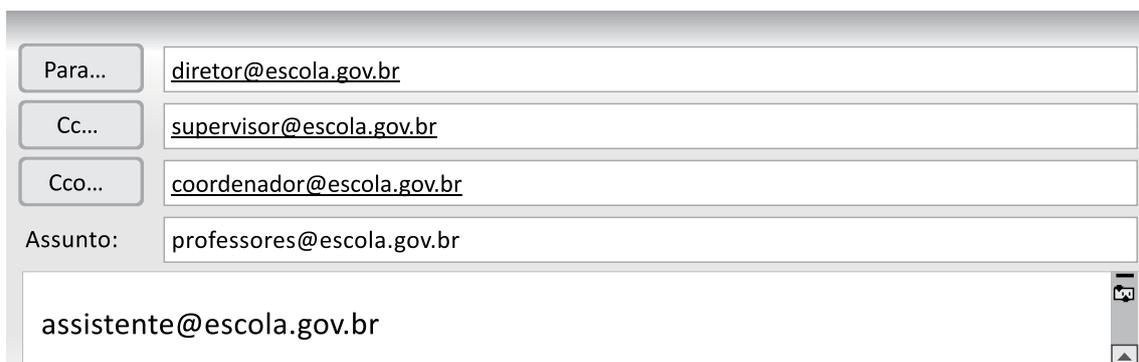
- (A) =SE(C2-B2;C2>B2;0)
- (B) =SE(C2>B2;0;C2-B2)
- (C) =SE(C2>B2;C2-B2;0)
- (D) =SE(C2<B2;C2>B2;0)
- (E) =SE(C2>B2;0;C2<B2)

29. Uma nova metodologia pedagógica será apresentada aos professores de uma escola por meio de uma apresentação elaborada no MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O usuário, ao elaborar a apresentação, deseja alterar a orientação dos slides.

Assinale a alternativa que apresenta o ícone cujo nome é Orientação do Slide, que será usado pelo usuário, conforme o enunciado.



30. Por meio do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, um professor usando a conta de e-mail peb1@escola.gov.br envia um e-mail conforme a figura exibida a seguir.



O diretor, diretor@escola.gov.br, recebe o e-mail e observa as contas de e-mails que também receberam o comunicado, além dele próprio.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, apenas o(s) e-mail(s) que o diretor observou que também recebeu(ram) o comunicado recebido por ele.

- (A) supervisor@escola.gov.br, coordenador@escola.gov.br, assistente@escola.gov.br
- (B) supervisor@escola.gov.br, coordenador@escola.gov.br, professores@escola.gov.br
- (C) supervisor@escola.gov.br, coordenador@escola.gov.br
- (D) supervisor@escola.gov.br
- (E) coordenador@escola.gov.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Acerca das taxas, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- (B) somente os Estados podem instituir taxas em razão do poder de polícia, cabendo à União as decorrentes de serviço público.
- (C) considera-se poder de polícia, pressuposto para a instituição de taxa, a atividade da administração pública que proporciona uma utilidade para o cidadão, como o ensino público.
- (D) as taxas não podem ser instituídas por serviços colocados à disposição do contribuinte, se este efetivamente não os utiliza.
- (E) serviços públicos específicos aptos a ensejar a instituição de taxas, são aqueles suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

32. Sobre as limitações ao poder de tributar, é correto afirmar que

- (A) é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, não podendo medidas provisórias criar ou majorar tributos, por não serem leis em sentido estrito.
- (B) é possível a criação de qualquer tributo e sua cobrança no mesmo exercício financeiro, desde que respeitado o prazo mínimo de 90 dias.
- (C) é possível a criação, por lei municipal, de hipóteses de isenção de tributos para determinadas profissões, como por exemplo, professores, tendo em vista a relevância social de tal profissão.
- (D) é vedada a limitação ao tráfego de pessoas por meio de tributos intermunicipais, sendo inconstitucional a cobrança de pedágio que impeça a livre circulação entre regiões metropolitanas de municípios vizinhos.
- (E) a vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou não se aplica ao imposto sobre produtos industrializados.

33. São imunes o patrimônio, a renda ou os serviços

- (A) da União, Estados, Distrito Federal e Município, bem como de suas empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) dos templos de culto religioso, desde que reconhecido e homologado pelo Estado brasileiro.
- (C) das Centrais Sindicais dos trabalhadores e de associações estudantis de caráter nacional.
- (D) das fundações instituídas pelos partidos políticos.
- (E) das instituições de educação, com ou sem fins lucrativos, bem como as de assistência social.

34. Sobre o Imposto sobre a propriedade territorial e urbana (IPTU), é correto afirmar que

- (A) não pode a legislação municipal considerar o possuidor como sujeito passivo do IPTU, somente podendo tributar o proprietário.
- (B) o IPTU pode ser progressivo em razão do valor do imóvel, bem como ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (C) é necessária a prévia notificação do lançamento do IPTU antes do envio do carnê para o pagamento.
- (D) é possível a atualização do IPTU, mediante decreto, mesmo em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- (E) o locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU referente ao imóvel alugado, bem como para repetir indébito desse tributo, por ser o sujeito passivo.

35. O município, na forma da lei, optou por fiscalizar e cobrar o imposto sobre a propriedade territorial rural, de competência da União. É correto afirmar que

- (A) apenas 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação será do município.
- (B) poderá o município reduzir as alíquotas do referido tributo para estimular as pequenas propriedades rurais.
- (C) caberá ao município a totalidade dos valores arrecadados.
- (D) poderá o município estabelecer, por lei municipal, hipóteses de isenção.
- (E) o município poderá deixar de cobrar o tributo incidente sobre as pequenas glebas rurais, mesmo que o proprietário que possua outro imóvel, também considerado pequena gleba.

- 36.** Sobre a repartição das receitas tributárias, pertence aos municípios:
- (A) oitenta por cento do montante da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários incidente sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
 - (B) a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - (C) quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
 - (D) vinte e nove por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (E) vinte por cento do montante pertencente ao Estado decorrente da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.
- 37.** Acerca da legislação tributária, é correto afirmar que
- (A) os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
 - (B) a legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, não se aplicando aos pendentes.
 - (C) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários.
 - (D) a lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados pela Constituição Federal para definir ou limitar competências tributárias.
 - (E) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao fisco, mesmo em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
- 38.** A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito:
- (A) em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, mesmo que resulte em aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (B) tratando-se de ato definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração.
 - (C) tratando-se de ato não definitivamente julgado quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, mesmo que tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
 - (D) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática, tratando-se de ato não definitivamente julgado.
 - (E) nas hipóteses nas quais a Constituição Federal afasta os princípios da anterioridade e da anualidade.
- 39.** Considerando a disciplina constante da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, é possível afirmar que
- (A) é livre a concessão de benefício de natureza tributária, mesmo que decorra a renúncia de receita, desde que fundamentada na existência de potencial de futuro crescimento de arrecadação em razão do aumento da atividade econômica.
 - (B) mesmo para o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, faz-se necessária a previsão de medidas compensatórias da queda de arrecadação.
 - (C) se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício decorrer de medidas de compensação, somente entrará em vigor quando estas forem implementadas.
 - (D) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar apenas acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e no ano seguinte.
 - (E) se concessão de isenção for de caráter não geral, não se faz necessária a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária ou estar acompanhada de medidas de compensação.

40. Conforme disciplina constante da Lei Municipal nº 1.472/2000 sobre o loteamento fechado, é correto afirmar que
- (A) as áreas comuns passam a ser de propriedade do município, razão pela qual ficam imunes ao pagamento de IPTU.
 - (B) as áreas comuns são de propriedade comum e indivisível de todos os proprietários dos lotes individuais que são, assim, sujeitos passivos solidários do dever de pagar o IPTU.
 - (C) as áreas comuns são dadas em concessão coletiva e indivisível para todos os proprietários dos lotes, solidariamente responsáveis pelo pagamento do IPTU.
 - (D) as áreas comuns são dadas em concessão individual e indivisível para todos os proprietários dos lotes que são obrigados ao pagamento do IPTU na proporção da sua fração ideal.
 - (E) as áreas comuns são concedidas a uma sociedade civil constituída pelos proprietários dos lotes a qual fica obrigada ao pagamento do IPTU sobre as referidas áreas
41. Considerando a disciplina constante do Código Tributário de Arujá sobre o Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Urbana Ecológico, é correto afirmar que
- (A) o IPTU ecológico incide somente em áreas com cobertura vegetal nativa.
 - (B) o desconto na alíquota do IPTU ecológico deve ser concedido de ofício pela municipalidade, independentemente de requerimento do interessado.
 - (C) o IPTU ecológico consiste no desconto de 1% (um por cento) do total do imposto, por m² preservado, ao imóvel situado em área de proteção aos mananciais.
 - (D) a prova da relevância ecológica da área deverá ser realizada mediante avaliação técnica contratada pelo interessado, sendo desnecessária a análise do órgão técnico ambiental municipal.
 - (E) não é aplicável o IPTU ecológico ao imóvel com cobertura vegetal nativa situado fora da área de proteção aos mananciais.
42. Sobre o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, considerando a disciplina constante do Código Tributário de Arujá, pode-se afirmar corretamente que ele incide sobre
- (A) a transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais de garantia.
 - (B) a extinção do usufruto, quando o proprietário não for o instituidor;
 - (C) a incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital subscrito
 - (D) a desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica a que forem conferidos, para os mesmos alienantes.
 - (E) substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes, que se fizer para efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel.
43. O município estava sem orçamento para o pagamento do 13º salário dos servidores da ativa. Em razão disso, o Prefeito apresentou projeto de lei visando a alienar todos os imóveis públicos não utilizados para o pagamento do 13º salário dos servidores da ativa. Sobre tal proposta, é possível afirmar que
- (A) está em consonância com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo todos os ativos serem vendidos para o pagamento de despesas com pessoal.
 - (B) está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal que apenas veda a alienação dos bens imóveis destinados por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
 - (C) está em desacordo com a Constituição Federal que determina a inalienabilidade absoluta dos bens públicos.
 - (D) está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que, nesse caso, é prevista a possibilidade de demissão de todos os servidores necessários para o ajuste das contas do Município.
 - (E) está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal que veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
44. Pode-se corretamente afirmar, acerca do imposto sobre serviços de qualquer natureza:
- (A) incide exportações de serviços para o exterior.
 - (B) não incide sobre o serviço cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
 - (C) não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante concessão, com o pagamento de tarifa pelo usuário final do serviço.
 - (D) a legislação municipal deverá observar a alíquota mínima de 2% (dois por cento) e máxima é de 5% (cinco por cento).
 - (E) Contribuinte é o tomador do serviço e a base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
45. O município realizou um programa de asfaltamento das ruas de um bairro. A obra pública valorizou de forma acentuada todos os imóveis do referido bairro. A medida mais adequada para a Municipalidade se ressarcir dos custos da referida obra é:
- (A) a instituição de uma taxa de serviço de asfaltamento.
 - (B) o aumento da alíquota do IPTU dos imóveis valorizados.
 - (C) a desapropriação das áreas valorizadas, pelo valor anterior às obras, para revenda.
 - (D) a instituição de contribuição de melhoria.
 - (E) o aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza dos estabelecimentos situados no bairro valorizado.

46. O serviço de iluminação pública pode ser custeado por:
- (A) taxa de iluminação pública, a ser cobrada diretamente na fatura de consumo de energia elétrica.
 - (B) taxa de iluminação pública, a ser cobrada em fatura separada da fatura de consumo de energia elétrica.
 - (C) contribuição para o custeio de iluminação pública, facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
 - (D) contribuição para o custeio de iluminação pública, vedada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
 - (E) impostos, tendo em vista que o serviço de iluminação pública é indivisível, não podendo ser custeado por taxa e nem por contribuição.
47. José, funcionário público municipal, responsável pelo banco de dados eletrônico da dívida ativa, excluiu todas as certidões da dívida ativa que existiam em nome da empresa "Boa Viagem", de propriedade de sua amiga íntima. A conduta de José pode ser tipificada como:
- (A) peculato.
 - (B) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
 - (C) inserção de dados falsos em sistema de informações.
 - (D) extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.
 - (E) condescendência criminosa.
48. Caio, funcionário público encarregado da cobrança de tributos, em razão do inadimplemento contumaz da empresa "Pão de Mel", ficou um dia inteiro com um megafone dizendo que a empresa e seus sócios eram caloteiros e não pagavam seus débitos. A conduta de Caio é:
- (A) prática do crime de excesso de exação.
 - (B) lícita, tendo em vista que, como funcionário público, deve empregar todos os meios para incentivar o pagamento de tributos pelos devedores do fisco.
 - (C) prática do crime de advocacia administrativa.
 - (D) prática do crime de violência arbitrária.
 - (E) prática do crime de violação de sigilo profissional.
49. De acordo com a Lei de Registros Públicos, são objeto de registro e averbação, respectivamente:
- (A) o cancelamento da extinção dos ônus e direitos reais e a legitimação de posse.
 - (B) as servidões em geral e a anticrese.
 - (C) o contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público e a notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel urbano.
 - (D) a reserva legal e o auto de demarcação urbanística.
 - (E) a dação em pagamento e a permuta.
50. Considerando a disciplina constante da legislação municipal de Arujá, no que se refere à apuração do valor venal do imóvel para fins de lançamento de IPTU, é correto afirmar que
- (A) no caso de terreno encravado, o valor unitário do metro quadrado de terreno constante da Planta Genérica de valores será fixado tendo em vista o logradouro que lhe dá acesso ou o do logradouro ao qual tinha sido atribuído maior valor, em havendo mais de um logradouro de acesso.
 - (B) para os imóveis não cadastrados ou sem face de quadra fixada pela Planta Genérica de Valores, seu valor será atribuído discricionariamente pelo órgão municipal competente.
 - (C) nos casos singulares de lotes particularmente desvalorizados, em virtude de forma extravagante, conformação topográfica desfavorável, passagens de córregos, inundações periódicas ou causas semelhantes, o valor do tributo será sempre igual a zero.
 - (D) o Fator Gleba somente será utilizado nas avaliações de glebas brutas, assim considerados os terrenos com área igual ou superior a 3.000m² (três mil metros quadrados)
 - (E) a utilização do Fator Gleba deverá ser aplicado conjuntamente com o fator Profundidade do valor do terreno.

51. Tendo em vista a disciplina constante da legislação municipal, sobre o cálculo do IPTU, é possível afirmar que:
- (A) A área construída será obtida por meio da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, não se computando as superfícies denominadas “terraços” cobertos ou não, de cada pavimento.
 - (B) O imposto é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
 - (C) O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.
 - (D) para o terreno com edificação, a alíquota é de 1,7% (um por cento e sete décimos) e para o terreno sem edificação é de 0,7% (sete décimos por cento) aplicadas sobre o valor venal do imóvel
 - (E) O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.
52. Acerca do sujeito passivo da obrigação tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos sempre podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
 - (B) a capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais.
 - (C) a isenção ou remissão de crédito dada a um dos devedores solidários exonera todos os demais obrigados, mesmo se outorgada pessoalmente a um deles.
 - (D) o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais e a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorece ou prejudica aos demais.
 - (E) a capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
53. São princípios constitucionais da Administração Pública previstos no “caput” do art. 37 da Constituição Federal a serem observados pelos servidores públicos:
- (A) probidade, eticidade, publicidade, legalidade, modicidade.
 - (B) legalidade, eticidade, transparência, probidade, moralidade.
 - (C) eficiência, modicidade, legalidade, publicidade.
 - (D) moralidade, impessoalidade, legalidade, eficácia, probidade.
 - (E) impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, legalidade.
54. A respeito dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar com base na Lei nº 8.429/1992, que
- (A) estão sujeitos às penalidades desta lei quando praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
 - (B) se reputa agente público todo aquele que exerce por nomeação, designação, contratação, mandato, cargo, emprego ou função em instituição pública, desde que por vínculo permanente.
 - (C) os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e confidencialidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
 - (D) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei independentemente do limite do valor da herança.
 - (E) no caso de lesão a princípio administrativo, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

- 55.** Caso o servidor municipal altere intencionalmente o cadastro imobiliário municipal para reduzir o valor registrado da área construída, com a finalidade de conceder benefício fiscal sem a observância das formalidades legais e, assim, beneficiar terceiro, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.429/1992, que
- (A) se tratará de ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, sem prejuízo das eventuais sanções de natureza criminal.
 - (B) a responsabilidade com base na mencionada lei não se estenderá ao terceiro beneficiado, por não se revestir este da condição de agente público, ainda que atue com dolo.
 - (C) o servidor público municipal poderá vir a responder administrativa e penalmente, sem, contudo, responder com base na lei de improbidade administrativa, por se aplicar esta apenas aos agentes detentores de cargo de natureza política.
 - (D) se tratará de ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário, podendo a responsabilidade se estender ao terceiro beneficiado pela ação do servidor municipal.
 - (E) o servidor municipal estará sujeito à penalidade de ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- 56.** A Lei nº 8.429/1992 introduz regime especial voltado à coibir atos de improbidade administrativa. Entre os seus dispositivos se inclui importante previsão relativa à declaração de bens do agente público. A esse respeito, é correto informar:
- (A) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser publicada em sítio eletrônico oficial do ente contratante.
 - (B) A declaração corresponderá apenas aos bens imóveis localizados no país ou no exterior, não se aplicando aos bens móveis e saldos em conta poupança e previdência privada.
 - (C) Abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.
 - (D) A declaração de bens será semestralmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função.
 - (E) Será punido com a pena de advertência, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- 57.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, estabelece que
- (A) em regra, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
 - (B) em outros países, a lei brasileira, quando admitida, começa a ser obrigatória noventa dias depois de oficialmente publicada.
 - (C) em regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (D) destinando-se à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a revogue.
 - (E) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação do texto da lei, destinada à correção, o prazo para começar a vigorar começará a correr da nova publicação.
- 58.** No que diz respeito às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.
- (A) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, não havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
 - (B) Uma fundação poderá ser criada por qualquer ato, público ou privado, de seu instituidor.
 - (C) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com a assinatura do seu estatuto.
 - (D) São pessoas jurídicas de direito público a União, Estados e Municípios, as autarquias e associações públicas, bem como os partidos políticos.
 - (E) É livre a criação das organizações religiosas, sendo permitido ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- 59.** No que diz respeito ao domicílio, assinale a alternativa correta.
- (A) A pessoa natural que tiver várias residências, onde, alternadamente, viva, terá por domicílio a que tiver o primeiro registro no cartório de imóveis.
 - (B) A pessoa natural que não tenha residência habitual terá por domicílio o lugar onde for encontrada.
 - (C) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, será considerado domicílio o local da matriz da empresa.
 - (D) O servidor público tem domicílio no local onde estiver exercendo, ainda que transitoriamente, suas funções.
 - (E) O domicílio do incapaz é o lugar onde ele estabelece sua residência com ânimo definitivo.

- 60.** São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Quanto à classificação e características, assinale a alternativa correta.
- (A) O uso comum dos bens públicos municipais pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido pela União.
 - (B) Os bens públicos dominicais estão sujeitos à usucapião extraordinária.
 - (C) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados desde que observadas as exigências legais.
 - (D) Os edifícios destinados a estabelecimento da administração municipal são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - (E) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado, ainda que se tenha dado estrutura de direito público, são considerados dominicais.

